



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANHOS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 065/2025, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**Dispõe ponto facultativo no âmbito da Administração Municipal de Paranhos e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. IV, art. 49 da Lei Orgânica Municipal, e

**CONSIDERANDO** que o Decreto é um ato normativo de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo;

**CONSIDERANDO** que a administração pública deve trilhar no caminho dos princípios administrativos encartados no art. 37 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que o dia 20 de novembro é feriado nacional dedicado ao Dia da Consciência Negra, instituído pela Lei Federal nº 14.759/2023, data que homenageia Zumbi dos Palmares e simboliza a luta histórica contra o racismo e pela igualdade racial;

**CONSIDERANDO** o princípio constitucional da valorização do servidor público e da dignidade da pessoa humana, que orienta a Administração a promover condições que favoreçam o equilíbrio entre vida pessoal e laboral;

**CONSIDERANDO** que a decretação de ponto facultativo subsequente a feriado nacional amplia a possibilidade de organização familiar e deslocamentos, contribuindo para o bem-estar social sem prejuízo ao interesse público;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a continuidade ininterrupta dos serviços públicos essenciais, notadamente aqueles indispensáveis à saúde, à limpeza pública, à segurança patrimonial e às atividades que, por sua natureza, não podem sofrer interrupção;

**CONSIDERANDO**, ainda, que compete ao Chefe do Poder Executivo ordenar o funcionamento interno da Administração, organizar o calendário oficial de expediente e adotar medidas de racionalização administrativa;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica declarado **ponto facultativo**, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Paranhos, o dia **21 de novembro de 2025 (sexta-feira)**, em razão do feriado nacional alusivo ao **Dia da Consciência Negra**, celebrado em 20 de novembro.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREGEITURA MUNICIPAL DE PARANHOS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---

**Art. 2º** O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços públicos essenciais, que, por sua natureza, não podem sofrer interrupção, devendo funcionar regularmente, especialmente:

**I** – unidades e serviços de saúde em regime de urgência e emergência (Hospital Municipal);

**II** – Serviços de limpeza pública e coleta de resíduos;

**III** – serviços de vigilância e segurança patrimonial; e


**IV** – quaisquer outras atividades consideradas essenciais pelas respectivas Secretarias Municipais.

**Art. 3º** Os Secretários Municipais, Chefes de Departamentos e Dirigente de Autarquia ficam responsáveis pela organização de escalas, plantões e demais medidas necessárias ao pleno funcionamento dos serviços essenciais mencionados no artigo anterior.

**Art. 4º** Este Decreto não acarretará prejuízo à prestação de serviços previamente agendados ou compromissos administrativos inadiáveis, os quais deverão ser atendidos mediante organização interna das unidades administrativas.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranhos – MS, 13 de novembro de 2025.

  
**HELIO MAR KLABUNDE**  
Prefeito Municipal



## Município de Paranhos

### DECRETO Nº 065/2025, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe ponto facultativo no âmbito da Administração Municipal de Paranhos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. IV, art. 49 da Lei Orgânica Municipal, e

**CONSIDERANDO** que o Decreto é um ato normativo de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo;

**CONSIDERANDO** que a administração pública deve trilhar no caminho dos princípios administrativos encartados no art. 37 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que o dia 20 de novembro é feriado nacional dedicado ao Dia da Consciência Negra, instituído pela Lei Federal nº 14.759/2023, data que homenageia Zumbi dos Palmares e simboliza a luta histórica contra o racismo e pela igualdade racial;

**CONSIDERANDO** o princípio constitucional da valorização do servidor público e da dignidade da pessoa humana, que orienta a Administração a promover condições que favoreçam o equilíbrio entre vida pessoal e laboral;

**CONSIDERANDO** que a decretação de ponto facultativo subsequente a feriado nacional amplia a possibilidade de organização familiar e deslocamentos, contribuindo para o bem-estar social sem prejuízo ao interesse público;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a continuidade ininterrupta dos serviços públicos essenciais, notadamente aqueles indispensáveis à saúde, à limpeza pública, à segurança patrimonial e às atividades que, por sua natureza, não podem sofrer interrupção;

**CONSIDERANDO**, ainda, que compete ao Chefe do Poder Executivo ordenar o funcionamento interno da Administração, organizar o calendário oficial de expediente e adotar medidas de racionalização administrativa;

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica declarado **ponto facultativo**, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Paranhos, o dia **21 de novembro de 2025 (sexta-feira)**, em razão do feriado nacional alusivo ao **Dia da Consciência Negra**, celebrado em 20 de novembro.

**Art. 2º** O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços públicos essenciais, que, por sua natureza, não podem sofrer interrupção, devendo funcionar regularmente, especialmente:

I – unidades e serviços de saúde em regime de urgência e emergência (Hospital Municipal);

II – Serviços de limpeza pública e coleta de resíduos;

III – serviços de vigilância e segurança patrimonial; e

IV – quaisquer outras atividades consideradas essenciais pelas respectivas Secretarias Municipais.

**Art. 3º** Os Secretários Municipais, Chefes de Departamentos e Dirigente de Autarquia ficam responsáveis pela organização de escalas, plantões e demais medidas necessárias ao pleno funcionamento dos serviços essenciais mencionados no artigo anterior.

**Art. 4º** Este Decreto não acarretará prejuízo à prestação de serviços previamente agendados ou compromissos administrativos inadiáveis, os quais deverão ser atendidos mediante organização interna das unidades administrativas.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.